



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 27/07/2017 – PGT**

ATA 10/2017

1 Aos 27 dias do mês de julho de 2017, às 9 horas, na sede da PGT, em Brasília-DF, em Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da
3 União – CNPG, estiveram presentes os Excelentíssimos (as) Senhores (as): Dr. Sandro José Neis,
4 Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, Presidente do CNPG; Dr. Álvaro Luiz
5 Araújo Pereira, Procurador de Justiça, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado do
6 Acre; Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Subprocurador-Geral Administrativo-
7 Institucional, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas; Dra. Maria do
8 Socorro Milhomem Monteiro Moro, Procuradora de Justiça, representando o Procurador-Geral de
9 Justiça do Estado do Amapá; Dr. Carlos Fábio Fraga Bueno, Procurador-Geral de Justiça do
10 Estado do Amazonas; Dra. Ediene Santos Lousado, Procuradora-Geral de Justiça do Estado da
11 Bahia; Dr. Plácido Barroso Rios, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará; Dr. José Firmo
12 Reis Soub, Procurador-Geral de Justiça, em exercício, do Distrito Federal; Dra. Elda Márcia
13 Moraes Spedo, Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo; Dr. Benedito Torres
14 Neto, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás; Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho,
15 Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão; Dr. Arnaldo Justino da Silva, Promotor de
16 Justiça, Secretário-Geral de Gabinete, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado do
17 Mato Grosso; Dr. Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso
18 do Sul; Dr. Antônio Sérgio Tonet, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Dr.
19 Gilberto Valente Martins, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará; Dr. Nelson Antônio
20 Cavalcante Lemos, Procurador-Geral de Justiça, em exercício, do Estado da Paraíba; Dr. Ivone
21 Sfoggia, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná; Dr. Francisco Dirceu Barros
22 Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco; Dr. Ertulei Laureano Matos, Procurador
23 de Justiça, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Eudo
24 Rodrigues Leite, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte; Dr. Fabiano
25 Dallazen, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. José Carlos Cosenzo,
26 Promotor de Justiça, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo; Dr.
27 José Rony Silva Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe; Dr. Clenan Renaut
28 de Melo Pereira, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins; Dr. Jaime de Cássio
29 Miranda, Procurador-Geral de Justiça do MPM; Dra. Cristina Aparecida Ribeiro Brasileiro, Vice-
30 Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Trabalho; Dra Norma Angélica Reis
31 Cardoso Cavalcanti, Presidente da CONAMP; Dr. Elísio Teixeira, Secretário CONAMP; Dr. José
32 Robalinho Cavalcanti, Presidente da ANPR; e Dr. Fernando da Silva Comin, Secretário-
33 Executivo do CNPG. **Iniciados os trabalhos**, o Presidente, após os agradecimentos de praxe aos
34 presentes, bem como à Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Cristina Aparecida Ribeiro
35 Brasileiro, por sediar a reunião do colegiado, deu início aos trabalhos, submetendo à aprovação a
36 Ata n. 08/2017, de 14/06/2017, referente à Reunião Ordinária do CNPG ocorrida em
37 Florianópolis/SC, a qual foi aprovada, por unanimidade. Na sequência, foram deliberados as
38 seguintes matérias: 1. Ofício n. 102/2017-GAB/CONAMP: Demonstração de conceito da

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 27/07/2017 – PGT

ATA 10/2017

39 **campanha de valorização do Ministério Público pela empresa de assessoria contratada pela**
40 **CONAMP.** Dada a palavra à Presidente da CONAMP, Dra. Norma Angélica Reis Cardoso
41 Cavalcanti, foi feita exposição sobre os objetivos da campanha de valorização do Ministério
42 Público brasileiro, elaborada por meio da empresa contratada *In Press Oficina*. Em seguida, foi
43 feita a apresentação da campanha pela senhora Márcia Leite, gerente da empresa. O projeto partiu
44 de uma concepção de comunicação integrada a todos os públicos de interesse (conceito criativo,
45 campanha integrada e integração estadual), com o objetivo de valorizar a atuação do Ministério
46 Público para a sociedade e o Estado brasileiros. A campanha envolve a elaboração de 27 vídeos
47 com produção *real life* e 3 vídeos para TV, além de outras parcerias institucionais visando o apoio
48 do público em geral e de grandes grupos de comunicação. Após a apresentação, manifestaram-se
49 os doutores Benedito Torres Neto (PGJ/GO), Plácido Barroso Rios (PGJ/CE), Francisco Dirceu
50 Barros (PGJ/PE), Luiz Gonzaga Martins Coelho (PGJ/MA), José Carlos Cosenzo (MPSP), Paulo
51 Cezar dos Passos (PGJ/MS), José Rony Silva Almeida (PGJ/SE), elogiando a campanha
52 apresentada e apoiando a iniciativa, a qual, segundo os intervenientes, engrandecerá o Ministério
53 Público brasileiro, aproximando-o cada vez mais da sociedade. O Presidente agradeceu a
54 apresentação da CONAMP, destacando a importância do apoio do CNPG à campanha. Em
55 seguida, colocado em deliberação, foi aprovada, por unanimidade, a adesão do CNPG à
56 campanha, por meio da formalização de um termo de cooperação técnica a ser celebrado. 2.
57 **Proposta de Emenda à Constituição - PEC n. 288/2016, que dá nova redação ao artigo 130-**
58 **A, da Constituição Federal, alterando o seu caput e dando nova redação aos seus incisos IV,**
59 **V e VI, e acresce-lhe os incisos VII, VIII e IX, dispondo sobre a composição do Conselho**
60 **Nacional do Ministério Público – CNMP.** O Presidente manifestou sua preocupação com a
61 tramitação da matéria, cuja admissibilidade da matéria foi aprovada na CCJ, porque trata de
62 idêntica matéria que foi objeto de recente sugestão de PEC encaminhada pelo CNPG ao Senado
63 Federal, entregue ao Senador Jorge Viana. Sugeriu o Presidente que seria interessante uma
64 articulação do CNPG na Câmara dos Deputados, com o objetivo de encaminhar a mesma proposta
65 de PEC que foi entregue no Senado, também à Câmara, o que foi aprovado, por unanimidade. Em
66 relação à PEC n. 288/2016, foi deliberado que o CNPG e a CONAMP seguirão acompanhando a
67 matéria, de modo a avaliar futuras ações oportunamente. 3. **Minuta de Proposta de Emenda à**
68 **Constituição - PEC que altera a redação do art. 119 e do art. 120 da CRFB, para incluir**
69 **representantes do Ministério Público da União e dos Estados na composição do Tribunal**
70 **Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.** O Presidente fez a apresentação da
71 sugestão de Proposta de Emenda à Constituição que altera a composição do TSE e dos TREs. Pelo
72 Dr. José Firmo Reis Soub, Procurador-Geral e.e. do MPDFT, foi solicitada a alteração do item
73 “d”, do inciso I, §1º, do art. 120, para incluir a expressão “...do Ministério Público do Estado e do
74 Distrito Federal”, o que foi acolhido. Também foi acolhida a sugestão de que a escolha dos juízes
75 fosse realizada, no MPDFT, pelo “Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça” e, no MPF,
76 pelo “Colégio de Procuradores da República”. Após a intervenção de diversos Procuradores-





REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 27/07/2017 – PGT

ATA 10/2017

77 Gerais, a discussão foi suspensa, para ser retomada na próxima reunião, a ser realizada no dia
78 16/8. **4. Exposição do Presidente do Conselho de Ouvidores do Ministério Público sobre**
79 **recente legislação de estruturação do órgão.** Retirado de pauta, a pedido da Dra. Rose Meire
80 Cyrillo, Presidente do CNOMP. **5. Ofício-Circular n. 001689/2017/CN-CNMP, relativo ao**
81 **Procedimento de Estudos e Pesquisas n. 02/2017 (atuação do Ministério Público na Proteção**
82 **e Efetivação de Direitos Fundamentais relacionados pela via do Jurisdicional e**
83 **Extrajurisdicional de Políticas Públicas).** Retirado de pauta, para apresentação do Presidente do
84 GNDH, Dr. José Rony Silva Almeida, na próxima reunião CNPG. **6. Ofício-Circular n.**
85 **01685/2017/CN-CNMP, relativo ao Procedimento de Estudos e Pesquisas n. 07/2017**
86 **(atuação do Ministério Público nas resoluções consensuais dos conflitos, controvérsias e**
87 **problemas com ênfase no estabelecimento de diretrizes para acordos sobre direitos**
88 **individuais e coletivos, inclusive em sede de improbidade administrativa).** Retirado de pauta,
89 para apresentação do Presidente do GNDH, Dr. José Rony Silva Almeida, na próxima reunião
90 CNPG. **7. Indicação de representante para participar da 15ª Reunião Ordinária do Comitê**
91 **Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT, do Ministério dos Direitos**
92 **Humanos.** Por unanimidade, foi indicado o Presidente do GNDH, Dr. José Rony Silva Almeida,
93 para participar da reunião, que será realizada nos próximos dia 21 e 22 de agosto. **8. Deliberação**
94 **sobre habilitação como "Amicus Curiae", nos autos da ADI n. 5508, em tramitação no STF,**
95 **de Relatoria do Ministro Marco Aurélio, em face de dispositivos da Lei n. 12.850/2013, que**
96 **atribuem a delegados poder para realizar acordos de "delação premiada", como meio de**
97 **investigação de organizações criminosas e também como técnica de defesa dos interesses do**
98 **investigado ou réu.** Após exposição do Presidente do CNPG quanto à importância da matéria,
99 bem como da inexistência de intervenção de qualquer órgão do Ministério Público brasileiro na
100 referida ADI, por unanimidade, foi aprovada a elaboração de uma minuta de petição de ingresso
101 como "amicus curiae" dos Ministérios Públicos dos Estados, a cargo do Dr. Plácido Barroso Rios,
102 que será posteriormente enviada aos Senhores Procuradores-Gerais. **9. Entrega da "Medalha de**
103 **Honra" do CNPG ao ex-presidente do CNPG, Promotor de Justiça do Estado do Rio**
104 **Grande do Norte, Dr. Rinaldo Reis Lima, à ex-Procuradora-Geral de Justiça do Ministério**
105 **Público do Estado do Maranhão, Dra. Regina Lúcia Almeida Rocha, e ao ex-Procurador-**
106 **Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, Dr. Marcos Antônio Ferreira das**
107 **Neves.** Após o agradecimento do Sr. Presidente em relação aos trabalhos liderados pelo
108 homenageado, na presidência do CNPG, na valorização do Ministério Público brasileiro, foi
109 realizada a entrega da "Medalha de Honra" ao Dr. Rinaldo Reis Lima, ex-Procurador-Geral de
110 Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. O Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves justificou
111 sua ausência à homenagem. **10. Proposta de Recomendação do CNMP às unidades do**
112 **Ministério Público brasileiro, para a realização de encontros com movimentos sociais**
113 **(Proposição CNMP n. 1.00230/2017-70).** Após relatório da matéria pelo Sr. Presidente, cuja
114 análise estava a cargo do MPSC, por unanimidade, foi aprovada a recomendação. **11. Debate**



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 27/07/2017 – PGT

ATA 10/2017

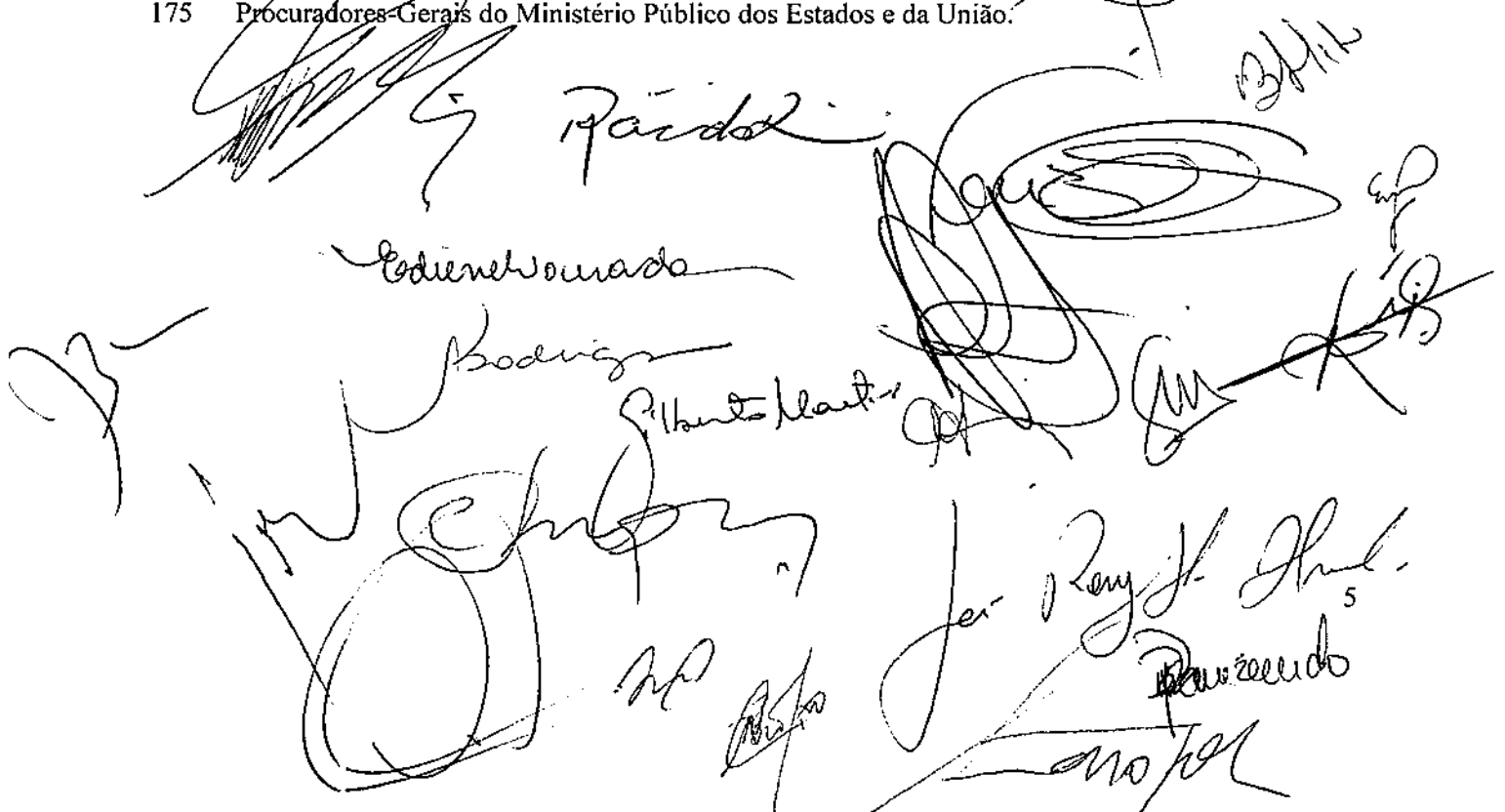
115 sobre o Projeto de Lei do Senado n. 141/2015, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e
116 tipifica criminalmente a violação de direitos ou prerrogativas do advogado. O Presidente
117 informou que referido projeto de lei teve movimentação no Senado, com pedido de vista para os
118 senadores Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Ivo Cassol e Antóio Anastasia, na 26ª Reunião
119 Ordinária, realizada no dia 5/7. Pela Presidente da CONAMP e pelo presidente da ANPR foi feito
120 um relato das ações que tem sido realizadas pelas entidades de classe, para excluir alguns
121 dispositivos preocupantes, sobretudo daquele que legitima a OAB à ação penal nas hipóteses que
122 trata a lei, o que, apesar de ser claramente inconstitucional, deve ser superado no próprio processo
123 legislativo. Pelo Dr. Fabiano Dallazen (PGJ/RS), foi referido que o projeto já recebeu algumas
124 modificações positivas, mas que ainda se encontram muito aquém das reivindicações do
125 Ministério Público brasileiro, reafirmando a importância da articulação do CNPG e das entidades
126 de classe. O Dr. Paulo Cezar dos Passos (PGJ/MS), fez uma breve exposição a respeito da posição
127 da Senadora Simone Tebet (PMDB/MS) em relação à matéria, a qual já se manifestou
128 favoravelmente aos interesses da OAB. Foi deliberado, por unanimidade, que o MP/RS irá
129 elaborar uma Nota Técnica a respeito da matéria, a ser expedida pelo CNPG, e que os
130 Procuradores-Gerais dos respectivos Estados irão contatar os Senadores que pediram vista do
131 projeto de lei. Na sequência, o Dr. Arnaldo Justino da Silva, Promotor de Justiça, Secretário de
132 Gabinete da PGJ/MT, relatou episódio ocorrido no estado do Mato Grosso envolvendo a violação
133 de prerrogativas do Ministério Público, em investigação realizada a partir de provocação da OAB.
134 Na sequência, houve manifestação dos Doutores José Carlos Cosenzo (MP/SP), José Robalinho
135 Cavalcanti (Presidente ANPR) e José Rony Silva Almeida (PGJ/SE), sugerindo uma intervenção
136 no STJ, CNJ e na própria PGR, considerando-se eventual configuração de crime de abuso de
137 autoridade, permanecendo o CNPG e as entidades de classe à disposição para a interlocução com
138 esses órgãos. **12. Assuntos Gerais. 12.1.** A Presidente da CONAMP fez um relato sobre a intensa
139 articulação que tem sido feita no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal, pela
140 aprovação do reajuste do subsídio dos Membros do Ministério Público brasileiro, considerando-se
141 as recentes informações que circularam na mídia quanto à eventual aprovação de reajuste, no
142 âmbito do MPF, esclarecendo que, na verdade, tratou-se apenas da aprovação da lei orçamentária
143 do MPU. Diante da importância da matéria, e considerando-se a necessidade de elaboração das
144 leis orçamentárias nos Estados, pelo Sr. Presidente foi colocado em deliberação a aprovação do
145 reajuste, visando a recomposição inflacionária do período, o que foi aprovado, por unanimidade.
146 **12.2.** Também foi aprovado, por unanimidade, a extinção do auxílio-moradia, em troca do retorno
147 do Adicional de Tempo de Serviço no âmbito do Ministério Público brasileiro. **12.3.** Aprovado,
148 por unanimidade, o curso de técnicas de investigação e combate à lavagem de dinheiro, a ser
149 realizado nos dias 30 de novembro a 2 de dezembro, com 14 horas/aula, na sede do MPT em
150 Brasília. **12.4.** Após a exposição do Sr. Presidente em relação à matéria que é objeto da
151 Proposição n. 1.00056/2017-10 do CNMP, que trata da atuação das Corregedorias-Gerais do
152 Ministério Público e foi objeto de Nota Técnica apresentada pelo CNPG, no sentido de que a



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 27/07/2017 – PGT

ATA 10/2017

153 minuta de voto apresentada pelo Relator não acolheu integralmente as ponderações lançadas pelo
154 CNPG, foi dada palavra ao Relator da matéria no CNPG, Dr. Fabiano Dallazen (PGJ/RS), que
155 demonstrou sua preocupação com a matéria, como atualmente se encontra. Em razão disso, foi
156 deliberado, por unanimidade, pela atualização da Nota Técnica, e posterior entrega ao Conselheiro
157 Fábio Stica, que se encontra com vista dos autos. 12.5. O Dr. Antônio Sérgio Tonet (PGJ/MG) fez
158 relato sobre reunião institucional realizada com o Deputado Rodrigo Pacheco, Presidente da CCG,
159 com relação à tramitação do novo Código de Processo Penal, especialmente quanto ao
160 reconhecimento da legitimidade do Ministério Público para realizar investigações criminais,
161 sendo definido que o CNPG e a CONAMP buscarão interlocução com referido parlamentar. 12.6.
162 O Dr. Plácido Barroso Rios (PGJ/CE) informou a realização, no dia 17 de agosto, da primeira
163 reunião do CNCOC, com o objetivo de iniciar a construção do planejamento estratégico daquele
164 órgão. 12.7. A Dra. Ediene Santos Lousado (PGJ/BA) reforçou o convite aos Procuradores-Gerais
165 para participarem do Seminário CIRA – Aspectos Práticos de Atuação e Discussão Modelo
166 Nacional, a realizar-se nos dias 8 e 9 de agosto de 2017, na sede da PGE-BA, solicitando o
167 esforço dos Ministérios Públicos estaduais para que os representantes de cada estado sejam
168 autorizados a participar do evento. 12.8. O Dr. Álvaro Luiz Araújo Pereira (MPAC) anunciou que
169 no dia 17 de agosto será realizada a inauguração do complexo administrativo do Ministério
170 Público do Estado do Acre, convidando todos os Procuradores-Gerais para participarem. 12.9. A
171 Dra. Maria do Socorro Milhomem Monteiro Moro (MP/AP), justificou a ausência do Dr. Márcio
172 Roberto Tenório de Albuquerque (PGJ/AP), por compromissos institucionais anteriormente
173 aprazados. Por fim, eu, Fernando da Silva Comin, Secretário-Executivo do CNPG, lavei a
174 presente ata, a qual vai assinada por mim e pelos integrantes do Conselho Nacional de
175 Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.



Plácido Barroso Rios
Ediene Santos Lousado
Rodrigo Pacheco
Fábio Stica
Antônio Sérgio Tonet
Álvaro Luiz Araújo Pereira
Maria do Socorro Milhomem Monteiro Moro
Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Fernando da Silva Comin